

SEGUNDA GUERRA E GUERRA FRIA: REFLEXÕES PARA A AMÉRICA LATINA

*WORLD WAR II AND COLD WAR: REFLEXIONS ON LATIN
AMERICA*

*SEGUNDA GUERRA MUNDIAL E GUERRA FRÍA: REFLEXIONES
PARA AMÉRICA LATINA*

Américo Alves Lyra Junior¹
Adriana Iop Bellintane²

Resumo: O presente artigo procura discutir as relações internacionais durante a Guerra Fria na América Latina. Com o desenvolvimento da Segunda Guerra Mundial, vislumbraram-se as diferenças desses conflitos e suas implicações no poder e realidades mundiais no século XX. Mas, contudo, se preservou o diálogo existente entre os períodos trabalhados no texto. Observaram-se ideologias em disputas e modelos de avaliação das relações internacionais, em especial, o realismo, o liberalismo e o socialismo. Nessas observações, tem-se a Guerra Fria como uma construção estadunidense, com propósitos bem estruturados, a despeito da singeleza do discurso maniqueísta que se encontra no período estudado; ao final, se objetivou refletir a ação sofrida pela América Latina diante do novo cenário internacional.

Palavras-Chave: Guerra Fria; América Latina; Estados Unidos.

Abstract: The present article discusses international relations during the cold war in Latin America. With the development of the Second World War, the differences of these conflicts and their implications in power and global realities in the 20th century were envisioned. But the existing dialogue between the periods worked in the text was preserved. Ideologies were observed in disputes and evaluation models of international relations, in particular, realism, liberalism and socialism. In these observations, the cold war was presented as an American construction, with well-structured purposes, despite the simplicity of Manichean discourse found in the studied period; in the end, there was a reflection of the action suffered by Latin America in face of the new international scenario.

Keywords: Cold War; Latin America; United States of America.

¹ Universidade Federal de Roraima (UFRR), Roraima, RR, Brasil, E-mail: americo.lyra@ufr.br

² Universidade Federal de Roraima (UFRR), Roraima, RR, Brasil, E-mail: adrianaiopb@yahoo.com.br

Resumen: Este artículo pretende discutir las relaciones internacionales durante la Guerra Fría en América Latina. Con el desarrollo de la segunda guerra mundial, vislumbrada las diferencias de estos conflictos y sus implicaciones en el poder y las realidades globales en el siglo XX. Pero, sin embargo, si conserva el diálogo existente entre los períodos trabajados en el texto. Las ideologías se observaron en las disputas y modelos de evaluación de las relaciones internacionales, en particular, realismo, liberalismo y socialismo. En estas observaciones, uno tiene la guerra fría como una construcción americana, con propósitos bien estructurados, a pesar de la simplicidad del discurso maniqueo en el período estudiado; al final, si pretende reflejar la acción sufrida por América Latina frente al nuevo cenario internacional.

Palabras-clave: Guerra Fría; América Latina; Estados Unidos.

A emergência de uma nova ordem mundial: Segunda Guerra

A Segunda Guerra Mundial corroborou para que o poder político não fosse mais europeu, passando a ser exercido pelos Estados Unidos da América (EUA). Essa mudança não foi imediata, sendo percebida gradualmente com o desenvolvimento das relações internacionais que culminam com a Segunda Guerra. Percebem-se essas mudanças por meio do fracasso do projeto de segurança coletiva da Liga das Nações³ e relutância britânica e francesa em assumir posição de liderança por exemplo. Esses fatos permitiram que, no final da década de 1930, a Alemanha nazista explorasse as oportunidades de desenvolvimento de suas pretensões políticas no cenário internacional com bastante eficiência, confluindo para o acirramento entre ideologias rivais, como o comunismo e o fascismo na Guerra Civil espanhola de 1936.

A Frente popular logrou êxito nas eleições espanholas de 1936 no tocante às cadeiras nas Cortes. A Falange Espanhola, por seu turno, obteve a maioria dos votos. Salienta-se que a Frente era formada por republicanos e socialistas enquanto a Falange reunia a Igreja Católica, industriais, militares, monarquistas e proprietários de terras que criticavam a República fundada em 1931. Os críticos relacionavam a República à contenção das ações da Igreja, intervenção estatal na indústria, políticas de autonomia para as províncias e reforma agrária.

³ De acordo com Christian Lohbauer (2005, pp. 49-50), “A Liga das Nações foi uma tentativa de substituir a anarquia internacional característica dos dias que antecederam a I Guerra Mundial por uma organização que pudesse utilizar sanções econômicas e militares contra países agressores, mantendo a segurança coletiva para Estados grandes e pequenos. Uma assembléia permanente em Genebra e a Corte Internacional de Justiça em Haia eram as principais instituições para a preservação da paz. A Liga também chamava para si as responsabilidades de proteger minorias nacionais, governar a cidade de Danzig e a região de Saarlândia (Sarre), e desenvolver organizações de cooperação internacional para lidar com problemas como saúde, condições de trabalho e outros”.

O conflito entre grupos e ideologias na Espanha contribuiu para que, em novembro de 1936, a revolta armada, iniciada no Marrocos pelo General Francisco Franco, se transformasse em uma rebelião generalizada só encerrada em abril de 1939. No intervalo desses anos, a Espanha se tornou uma espécie de “laboratório” para os alinhamentos políticos da Segunda Guerra. Alemanha, Itália e URSS apoiaram diferentes contentores espanhóis.

Alemanha e Itália apoiaram os grupos relacionados com a Falange Espanhola, disponibilizando armas e homens. Os soviéticos tomaram o partido dos republicanos e socialistas, também fornecendo armas e homens. A França e o Reino Unido tentaram acordos de não intervenção por temerem que a luta espanhola se desenvolvesse para um conflito internacional. A despeito das muitas mortes de espanhóis em três anos de guerra violenta, a luta já era internacional e não só pela intervenção daqueles três Estados, mas pelos interesses em disputa.

A vitória dos grupos opositores aos legalistas era interessante à Alemanha porque enfraqueceria a posição da França, que passaria a fazer fronteira com um Estado que lhe seria hostil. Como também a Espanha forneceria acesso ao cobre e ao ferro da região de Bilbao, além de se tornar um campo para que os alemães pudessem experimentar suas recentes tecnologias bélicas (BURNS, 1975, p. 927).

Para a Itália, os ganhos se dariam pelo controle das ilhas Baleares, o que favoreceria atacar a Inglaterra em Gibraltar. Com o domínio da Espanha e do Mediterrâneo ocidental, os italianos impossibilitariam a comunicação francesa com o império africano.

A França enfrentava problemas econômicos e políticos graves. As sucessivas crises ministeriais fomentaram organizações de extrema-direita antiparlamentares que rivalizavam com republicanos e socialistas. Com a vitória eleitoral da Frente Popular, liderada pelo judeu Leon Blum, o nível potencial de conflito aumentou de forma significativa. A extrema-direita reforçava ainda mais o discurso antissemita e vislumbrava uma revolução social, ao passo que as greves gerais representavam realidades cada vez mais frequentes e intensas.

Nesse contexto, um eventual combate aos fascistas na Abissínia e na Espanha era improvável para o Estado Francês. Como a extrema-direita vislumbrava a perspectiva de uma revolução social, uma aliança com a URSS era possibilidade improvável em seus cálculos políticos. De modo que a questão se desenvolveu desfavoravelmente à diplomacia francesa, pois, em 1940, o país foi invadido pelos alemães.

No caso do Reino Unido, ainda prevalecia a tradição de uma política externa insular que, desde o século XIX, procurava por influência e poder nas relações internacionais a partir da ideia de *appeasement*. Mas, na década de 1930, no tocante às relações com a Alemanha e a Itália, aquela política

externa somente aumentava o descrédito político dos britânicos. Frisa-se igualmente que, no período do entre guerras, a opinião pública influenciou os governos no sentido de reduzir gastos com defesa e a crer que os conceitos de justiça e moral deveriam ser mais evidenciados na política.

Norteados por esses valores, os britânicos não fizeram alianças na Europa e tampouco compromisso com a França até 1939. Neste ano, o governo nazista excedeu todos os limites do jogo diplomático e colocou em xeque as crenças inglesas. Essas crenças se assentavam na perspectiva de uma política que ajustasse os interesses globais do Reino Unido com seus recursos limitados. Por isso, acreditava-se que a Alemanha não precisava ser destruída, podendo retornar à condição de potência dentro do sistema internacional.

Não existia consenso quanto à ideia de *appeasement*. Em 1938, conservadores (liderados por Anthony Eden), liberais e minorias socialistas se opunham àquela ideia, reclamando por uma política mais efetiva para conter alemães, italianos e japoneses em suas demandas que feriam acordos internacionais. Reforça-se que “ferir acordos internacionais” representava atentar contra liberdades civis e romper fronteiras territoriais.

O ponto máximo dessa política foi o Acordo de Munique de 29 de setembro de 1938, autorizado pela França, do primeiro-ministro Édouard Daladier, e pelo Reino Unido, do primeiro ministro Neville Chamberlain. O Acordo foi duramente criticado por Winston Churchill e foi um grande fiasco diplomático. Por meio desse Acordo, transferiu-se a quinta parte do território da Tchecoslováquia para a Alemanha. Nessa quinta parte se encontravam minérios e os Estabelecimentos Skoda, uma das maiores fábricas de munições da Europa (BURNS, 1975, p.930). Já em março de 1939, as províncias tchecas da Boêmia e da Morávia foram separadas da Eslováquia e anexadas à Alemanha.

Logo após a anexação alemã, se estabeleceu um protetorado sobre a Eslováquia e se permitiu que a Hungria absorvesse a Ucrânia Carpática, localizada na extremidade oriental da república tcheca. Neste ponto, os soviéticos manifestaram sua insatisfação, pois entendiam que o Acordo de Munique era um plano de britânicos e franceses para se protegerem, desviando a expansão nazista para o leste.

A desconfiança de Moscou para com o Ocidente influenciou a realização do Pacto Germano-Soviético, de 23 de agosto de 1939. Com este Pacto, os alemães tinham

“caminho livre” para avançar sobre a Polônia. O “caminho livre” foi aproveitado pelos alemães em 20 de setembro de 1939, com uma demonstração de Blitzkrieg⁴. Essa “demonstração” foi o suficiente para destruir a Polônia e iniciar uma nova guerra de proporções mundiais. Aliás, a Polónia

⁴ Em linhas gerais, avanço simultâneo de aeronaves seguido de linhas de tanques de guerra por terra.

também tombava frente aos soviéticos que ocuparam a região oriental para estabelecer bases na Estônia, Letônia e Lituânia. Os soviéticos invadiram, igualmente, a Finlândia, visando ocupar a região de Karelia. Mas o exército finlandês, comandado pelo Marechal Mannerheim, adiou aquela conquista para março de 1940.

No ano de 1940, a Dinamarca era ocupada sem resistência e a Noruega invadida pelos alemães. O objetivo da invasão foi o fornecimento de ferro da Suécia, então formalmente neutra. A invasão e a ocupação surtiram efeito também no Reino Unido, provocando a queda do gabinete de Chamberlain. Ascende um governo de coalizão, comandado por Churchill, em 10 de maio. No mesmo dia, alemães invadem a Bélgica e a Holanda, visando contornar a linha Maginot⁵ para cercar forças britânico-francesas, estacionadas no norte da França.

A situação francesa era de extrema fragilidade. A Itália, em 10 de junho, declarou guerra à França. A Alemanha, dois dias depois da decisão italiana, já se encontrava às margens do Sena. Paris foi então declarada cidade aberta. Aos franceses restavam duas opções: buscar um armistício ou entrar na guerra. Nesse contexto, no dia 17 de junho, ascende um novo governo em França. No seu comando estava o herói da Primeira Guerra, o Marechal Henri Philippe Benoni Omer Joseph Pétain. O Marechal Pétain optou pelo armistício.

A decisão do Marechal Pétain não foi consensual, sofrendo oposição como a do General Charles de Gaulle. O General conclamou o povo francês a se colocar contrário ao armistício. Em termos empíricos, o armistício significou a ocupação e a desmilitarização de quase toda a França, como também das colônias ao norte da África. Aliás, no tocante ao norte da África, forças italianas iniciaram ofensivas contra o Egito e a Somália britânica.

A partir desse armistício, o Reino Unido seguia isolado na Segunda Guerra Mundial. A grande parte da Europa Continental estava sob o comando alemão e italiano, ou em posição de neutralidade. Nesse sentido, os alemães iniciaram a Operação Leão do Mar em julho, com transporte de equipamentos e de tropas para os portos belgas e franceses. Essa operação buscava a invasão do Reino Unido, a qual não obteve êxito a despeito de Londres ter sido brutalmente bombardeada ao longo de seis meses.

A força aérea britânica conteve as ambições da Operação Leão do Mar, mas a presença militar do Reino Unido evacuou dos Bálcãs em 1940. Os alemães forçaram a Romênia a entregar Dobrudja do Sul à Bulgária e a maior parte da Transilvânia à Hungria. Aliás, a Romênia também entregou a

⁵ Entende-se a linha Maginot como linha de defesa e fortificação da França para proteger suas fronteiras contra a Alemanha e a Itália. Forçoso informar que é possível encontrar, na literatura especializada, linha Maginot referenciando somente as defesas contra a Alemanha. As defesas contra a Itália receberam o nome de linha Alpina. Por fim, a linha Maginot foi construída entre os anos de 1930 e 1936.

Bessarábia e a Bukovina do norte para os soviéticos; neste caso, por pressão da URSS. Em 1941, os alemães invadem a Grécia e a Iugoslávia, bem como ocupam a ilha de Creta.

A única esperança britânica na guerra estava relacionada aos EUA. O presidente Franklin Delano Roosevelt prometeu, no final de 1940, ajuda ao Reino Unido. Roosevelt trocou direito de uso de ilhas caribenhas por navios de guerra e emprestou equipamentos, então fornecidos por navios de guerra estadunidenses.

A lógica da Segunda Guerra só começou a mudar a partir de 22 de junho de 1941, quando os alemães lançaram a Operação Barbarossa. Esta Operação se voltava contra a URSS e abria uma frente de mais de 1.500 km. Em um primeiro momento, os soviéticos tiveram perda superior à metade da sua produção de carvão e ferro. Mas resistiram e, a partir do pacto de assistência mútua de julho de 1941, receberam armas e suprimentos americanos e britânicos por meio de comboios que percorriam o Mar Ártico até o porto de Murmansk.

Os soviéticos também adotaram outras estratégias de guerra. Eles transferiram parte de suas principais indústrias para a Sibéria e áreas próximas aos Urais, onde retomaram a produção de carvão. Realizaram excelentes propagandas, nas quais o nacionalismo e o patriotismo russos eram fortemente incentivados. Cessaram as discriminações contra nacionalidades e perseguições religiosas. Ampliaram-se as filiações ao partido comunista. Por fim, teve-se a ocorrência de rigoroso inverno que alcançou as tropas alemãs na Criméia.

Outro dado relevante foi a parceria americano-britânica que se desenvolvia ao longo do ano de 1941. Em agosto desse ano, Roosevelt se encontrou com Churchill para definir a Carta do Atlântico. Mas, no dia 7 de dezembro, a força aérea japonesa atacou uma frota de navios de guerra americanos no Pacífico. Eles estavam estacionados em Pearl Harbor (Havaí).

Desse ataque resultou a declaração de guerra dos Estados Unidos ao Japão e seus aliados do eixo europeu. Os japoneses, porém, iniciaram no mesmo ano sua expansão no Pacífico. A expansão se deu em uma tendência crescente entre o final do ano de 1941 e os primeiros meses de 1942, com a ocupação das ilhas de Guam, das Índias Holandesas Orientais (atual Indonésia), de Hong-Kong e Wake. Cita-se, igualmente, a expulsão de tropas britânicas em Cingapura.

A reviravolta na Guerra e o início da ordem internacional que irrompeu desse conflito mundial deu-se a partir de outubro de 1942. No norte da África, o General britânico Bernard Montgomery impingiu derrota decisiva ao General alemão Erwin Johannes Eugen Rommel, mais conhecido como Raposa do Deserto, na batalha de *El-Alamein* no Egito. Montgomery, que comandava o oitavo exército no norte africano, contava com tanques esta-

dunidenses. Rommel tinha tropas abaladas pela perda de suprimentos e a escassez de navios de transporte.

Em novembro de 1942, o General americano Dwight Eisenhower e suas tropas desembarcaram na Argélia e em Marrocos. Os Generais aliados dariam mais uma derrota a Rommel (Mareth) e o colocariam entre duas forças aliadas em combates duros. Os alemães foram capitulados em março de 1943.

Na frente oriental, o nono exército alemão, comandado pelo General Friedrich Wilhelm Ernst Paulus, foi cercado na cidade de Stalingrado. A ofensiva soviética que se deu pelas ruas da cidade rendeu as tropas alemãs. Os alemães tentaram uma contraofensiva em 1943 mas foram novamente derrotados. Nesse mesmo ano deu-se a batalha de Kursk, a qual foi caracterizada pelo avanço forçado dos soviéticos em uma batalha blindada tida como a maior da história.

Na frente oriental os soviéticos avançaram pelo Báltico através da Polônia. O avanço os levaria, em dezembro de 1944, a entrar na Bulgária e na Romênia. Em fevereiro de 1945 eles capturaram Budapeste, na Hungria. Enquanto isso, o Marechal comunista Josef Broz Tito e os Partisans⁶ derrotaram os alemães na Iugoslávia. Nesse contexto, a presença soviética nos Bálcãs e no Leste Europeu preocupava sobremaneira líderes ocidentais.

Em meio a tantas desconfianças, se realizou a Conferência de Teerã em novembro de 1944. Na Conferência, Churchill exigiu um plano de avanço dos aliados nos Bálcãs, passando pela Áustria e Hungria para encontrar os soviéticos mais ao sul. Roosevelt, no entanto, estava mais preocupado em combater os japoneses e, nesse intuito, a aliança com Moscou era fundamental. Moscou, por seu turno, não cogitava isolar os estadunidenses. Os soviéticos apoiavam a ideia de criação da Organização das Nações Unidas (ONU), mas não ajudavam os insurgentes comunistas da Grécia e persuadiam seus congêneres italianos a abandonar posturas antimonarquistas radicais; os soviéticos apoiavam a segunda frente Atlântica. Considera-se, porém, que a postura soviética era uma ação inteligente e sutil; os aliados desembarcariam no sul da França. Isso significaria uma forma de minar seus recursos disponíveis e, ao mesmo tempo, enfraquecer a empreitada italiana. Por fim, na Conferência de Teerã, teve início a discussão sobre o futuro da Alemanha e a extensão da fronteira polonesa para a linha Oder-Neisse.

Em fevereiro de 1945, a URSS chega à Polônia. Esse avanço contrariava os interesses dos aliados que desejavam uma movimentação menos contundente dos soviéticos sobre a Europa. Nesse mesmo ano aconteceriam

⁶ Grupos paramilitares que, na vigência da Segunda Guerra, resistiam à ocupação das forças alemãs por meio de grupos geralmente formados por trabalhadores. No caso específico da Iugoslávia, o exército do país foi derrotado pelos nazistas e oficiais iugoslavos regulares treinaram a população.

duas conferências. Elas já indicavam a emergência de uma nova ordem internacional com conceitos e potências distintas daqueles que existiram até a Segunda Guerra.

A Conferência de Yalta definiu princípios para a divisão da Alemanha bem como as reparações. Acordou-se a participação da França em um futuro próximo, na administração, ocupação e redefinição do território alemão. Acertou-se, igualmente, que os países libertados receberiam apoio e auxílio para realizar eleições livres e criação de governos democráticos. A título de informação, Roosevelt morre no mês de abril.

A Conferência de Postdam foi realizada no mês de julho. Nela definiu-se um Conselho de Ministros das cinco potências vencedoras (China, EUA, França, Reino Unido e URSS). O Conselho negociou acordos com o Eixo e, em particular, com a Alemanha que foi desarmada, desmilitarizada e desnazificada, além de ficar sem um governo central.

A URSS negociou termos relativos à Polônia e à Prússia Oriental. A Polônia, por imposição soviética, passou a ser soberana sobre os territórios além da linha definida pelos rios Oder-Neisse. A Prússia Oriental foi transferida para aquele país. Por fim, os desdobramentos de Yalta e Postdam estabeleceriam as bases de uma nova ordem mundial com a projeção de duas potências concorrentes na perspectiva de uma guerra sem o confronto direto dos dois principais contentores.

A Guerra Fria e o equilíbrio pelo medo

Com o fim da Segunda Guerra tinha-se o desafio da reconstrução de uma ordem internacional a partir de arranjos satisfatórios entre os Estados derrotados e vencedores da contenta. Arranjos por meio dos acordos assumidos em Yalta e Postdam e que fossem possíveis no novo cenário que despontava na segunda metade da década de 1940. Cenário no qual os EUA se destacavam como um dos maiores beneficiários do conflito e a URSS ganhava em prestígio diplomático e militar (VIZENTINI, 2006, pp. 12-14).

Os EUA foram beneficiários do conflito porque tiveram poucas perdas humanas e quase nenhuma destruição material; seu parque industrial foi reativado e absorveu o exército de desempregados da década anterior. Sua economia despontou como dominante, ainda mais quando comparada à dos países derrotados ou a dos seus aliados capitalistas, então enfraquecidos. No campo militar os EUA possuíam aviação estratégica suficiente para atingir todas as áreas do globo: bases aéreas, navais e exércitos em todos os continentes.

A URSS foi fundamental para a conclusão da guerra e da derrota alemã. Os soviéticos terminaram sua participação no conflito com o Exército Vermelho presente no centro da Europa e no Extremo Oriente. O prestígio

do governo de Moscou também influenciava o crescimento das esquerdas em todo o mundo. A diplomacia, por seu turno, era tradicional. Os soviéticos silenciaram quanto à extremada violência dos britânicos aos comunistas gregos e tentaram conter os revolucionários chineses e iugoslavos. Também incentivaram os comunistas franceses e italianos a comporem governos de coalizão nas suas nações.

A diplomacia soviética respondia a problemas de ordem interna do país. Ao contrário dos EUA, a URSS teve destruída parcela significativa da sua economia e a perda humana atingiu altos índices. No tocante às suas forças militares, pode-se afirmar que o Exército Vermelho era capaz de derrotar, com êxito, uma invasão terrestre. Mas Moscou não possuía uma aviação estratégica e, tampouco, uma marinha forte. Essas limitações, bem como o desejo de manter válidas as políticas desenvolvidas em Teerã e Yalta, levaram os soviéticos a um comportamento moderado.

A intenção soviética de manter válidas as políticas de Yalta e Postdam encontrou fortes obstáculos após a morte de Roosevelt e a ascensão de Harry Truman à presidência dos EUA. Este país passou a estabelecer relações hostis com Moscou. Os estadunidenses, sem comunicação prévia, cancelaram a Lei de Empréstimos e Arrendamentos à URSS, como também desistiram de apoiar a cobrança de reparações de guerra na Alemanha por Moscou.

Dessa forma, a URSS fazia concessões para assegurar a validade dos acordos internacionais já citados. Uma dessas concessões foi o apoio ao estabelecimento de governos autônomos na parte que Moscou ocupava no norte do Irã. Com a saída soviética dessas áreas, em 1946, os EUA se instalaram e passaram a ter 11.000 km de território sobre a fronteira da URSS. A postura dos soviéticos não sensibilizou os norte-americanos que foram contrários à revisão dos acordos sobre os estreitos turcos. Os estreitos dariam acesso ao Mediterrâneo para a URSS.

Em uma perspectiva geral, as relações internacionais do período em voga indicavam um mosaico de possibilidades. Nesse mosaico os EUA mostravam-se preocupados com uma Europa Ocidental esgotada financeiramente e que acompanhava o avanço das forças de esquerda no interior de suas nações. Observa-se não só o avanço daquelas forças mas também de nacionalismos que se arrastavam de oeste a leste da região. Frisa-se que o esgotamento financeiro favoreceu a ocorrência exitosa de movimentos independentistas e nacionalistas nos impérios europeus.

Além do que, a própria política estadunidense vivenciava um forte movimento operário. No tocante ao Leste Europeu, o mosaico indicava não só movimentos nacionalistas mas também certo desprendimento da URSS. Existia democracia liberal na Tchecoslováquia bem como ausência de tropas de ocupação. Na Polônia os nacionalistas formavam a maioria na coalizão de poder. A Iugoslávia mantinha postura independente de Moscou. Tito,

inclusive, articulava uma confederação balcânica com o comunista búlgaro Georgi Dimitrov. Pretendia-se que a confederação incluísse países vizinhos e fosse autônoma em relação aos soviéticos.

Nesse ambiente internacional, os EUA lançaram dois programas no ano de 1947: a Doutrina Truman, em 12 de março, e o Plano Marshall, de 5 de junho. A Doutrina foi lançada concomitantemente aos trabalhos da Conferência Econômica de Moscou e representou, do ponto de vista político, uma declaração de guerra dos “povos livres” contra os “totalitários”. Iniciavam-se os movimentos por uma divisão do mundo conforme aludida por Churchill no seu discurso fortemente contrário à URSS, de 1946.

Com o Plano Marshall os EUA concederam empréstimos a juros baixos para os países europeus. Os países que tomassem os empréstimos deveriam adquirir produtos norte-americanos e permitir que suas economias recebessem investimentos estadunidenses. Se, no curto prazo, esses investimentos permitiam a alegria das populações com a entrada de mercadorias, no longo prazo esses países perdiam suas autonomias. No entanto somente a URSS e as nações sob a sua influência recusaram o Plano.

Com essas ações os EUA lançavam as bases do que se tornaria a Guerra Fria. Para continuar os trabalhos era necessário neutralizar a opinião pública mundial favorável à Yalta. Uma opinião pública cansada do fascismo e tendente ao pacifismo. Por isso era necessário mostrar a URSS, enquanto ameaça à paz, um império expansionista que precisava ser contido pelas forças do bem.

Esse maniqueísmo foi formulado por George Kennan, então adjunto do embaixador Averell Harriman (VIZENTINI, 2006, p.12-14). Frisa-se que a ideia de Kennan ampliou os temas já existentes no discurso de Churchill e representou a política de *containment* contra a URSS. Alude-se, igualmente, que a Agência de Inteligência (CIA) foi criada no ano de 1947 com o objetivo de espionar e organizar ações clandestinas.

A URSS optou por uma ação imediata contra as iniciativas estadunidenses. Os soviéticos orientaram os partidos comunistas da Europa Ocidental a lançar greves contra o Plano Marshall, com resultados decepcionantes. Os comunistas já haviam sido expulsos dos governos de coalizão, o que era uma das condições do Plano, e a esquerda liberal aliou-se à direita reacionária em todo Ocidente. A luta do bem contra o mal começava a fazer sentido para a opinião pública mundial.

Nesse contexto, a URSS traçou nova estratégia no plano político. Os soviéticos enquadraram as nações da sua esfera de influência. A forma de aplicação da estratégia foram os expurgos dos conservadores nos governos de coalizão e expulsão dos comunistas de tendência nacionalista. No plano interno, Moscou investiu em um acelerado programa atômico, no desenvolvimento de uma aviação de caça e no fortalecimento de um poder militar

terrestre. A URSS procurava se defender dentro de suas próprias linhas e era acusada de expansionista.

Em 1949 a Guerra Fria se mostrava como o equilíbrio do sistema internacional, baseado no terror. Nesse ano a URSS detona sua primeira bomba atômica. Em janeiro os soviéticos criaram o Conselho de Ajuda Mútua Econômica (Comecon) para integrar os planos de desenvolvimento e criar um mercado comum socialista. No mês de abril EUA e seus aliados europeus criaram a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) para intensificar e legalizar a presença estadunidense na Europa.

No contexto da Guerra Fria a divisão da Europa se completou, inclusive, tocando a questão da Alemanha. Em setembro de 1949, a reunião das zonas de ocupação americana, britânica e francesa deu origem à República Federal da Alemanha (RFA), com capital em Bonn. A RFA herdou a quase totalidade das indústrias alemãs e o ultraconservador Konrad Adenauer foi seu primeiro dirigente.

Em resposta à RFA, no mês seguinte, foi fundada a República Democrática Alemã (RDA) em Berlim Leste, como resposta da URSS aos seus inimigos. Para os conservadores europeus, a Guerra Fria tinha alcançado um impasse. Eles acreditavam que a pressão econômica e militar seria suficiente para derrotar a URSS e as nações que estavam sob o seu domínio político; em síntese, destruir o socialismo. Mas o resultado das pressões foi diferente do que se tinha planejado. Os europeus observavam um surto de militarização e a corrida armamentista. Então reclamaram por negociações que pudessem encerrar o conflito.

A resposta norte-americana à demanda europeia por negociações foi muito clara. Os EUA decidiram pela fabricação da Bomba de Hidrogênio e pelo desencadeamento da Guerra da Coreia. Os estadunidenses não estavam dispostos a abandonar a Guerra Fria. A despeito da singeleza do que se percebia nos discursos de “povos livres” contra “totalitários” ou do “bem” versus o “mal”, existia uma lógica mais elaborada que precisava ser mantida intacta.

Essa lógica mantinha a paz no sistema e favorecia os EUA; essa lógica se assentava no controle político e na primazia econômica dos estadunidenses sobre aliados industriais e a periferia subdesenvolvida. A tensão provocada pela ideia do inimigo externo permitia aos americanos a unidade do mundo capitalista e, ao mesmo tempo, consolidar sua expansão econômica. Pode-se inferir, inclusive, que essa lógica favoreceu a administração do processo de emancipação das colônias retiradas do universo de seus aliados da Europa. Bem ou mal, a Guerra Fria cumpriu a função de manter a paz e o funcionamento do sistema internacional do final da década de 1940 até o final da década de 1980. Ela evitou a ocorrência de um grande conflito como foi a Segunda Guerra. Como fato histórico, podem-se perceber regu-

laridades como um conflito no qual os dois grandes contentores nunca se enfrentaram abertamente.

Os combates foram periféricos e, de algum modo, existia a crença na racionalidade dos atores em jogo. Mas, se a Guerra Fria teve regularidades, também existiram variações. Ela não permaneceu a mesma ao longo desses anos. Existiu correspondência entre aspirações e problemas, com períodos específicos. De modo que, pode-se pensar que de 1947 a 1968 tem-se a divisão do mundo e, também, a busca de uma coexistência pacífica. Nesse contexto, observam-se os processos de descolonização e a formação dos blocos capitalista e comunista.

O impacto da Guerra Fria na América Latina

No período entre guerras, a América Latina foi palco das disputas entre França e Alemanha por mercado consumidor e por envio de missões militares. No cenário internacional, estes países mantêm acirrada competição, principalmente após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando a Alemanha ficou sob forte vigilância francesa e pugnou pela reestruturação de sua nação. A disputa entre as duas potências se alastrou pela América Latina, junto aos chefes de governo e à imprensa local.

A concorrência entre franceses e alemães viveu momentos de tensão neste período, ao disputar contratos de exportação e zonas de influência na América Latina. Alguns governos latino-americanos souberam aproveitar a ocasião das disputas para modernizar seu aparato militar e instruir seus exércitos, como Brasil, Chile, Uruguai, entre outros.

Da mesma forma, durante a Segunda Guerra Mundial, alguns países sul-americanos aproveitam a melhor forma de se beneficiar, como o duplo jogo empregado por Getúlio Vargas na política externa brasileira. Ao barganhar vantagens comerciais e empréstimos entre os Estados Unidos e a Alemanha, Vargas amplia a capacidade de negociação do Brasil e consegue colocar a Força Expedicionária Brasileira na guerra do lado certo, ou seja, do lado vencedor (GAMBINI, 1977).

Os Estados Unidos, baseado na política de boa vizinhança, evita qualquer intervenção armada na América Latina e reconhece que o período da Segunda Guerra e o franco enfraquecimento dos países europeus é um momento oportuno para ampliar seus mercados e capital.

O período entre-guerras e o período da Segunda Guerra Mundial mostram uma valorização estratégica da América Latina como centro de atenção para instalação de novos mercados, mas a situação encontrará seu revés no período da Guerra Fria.

O sistema de bipolaridade instalado no sistema internacional coloca em voga as disputas entre Estados Unidos, que emergiu da guerra como

o grande vencedor, e a União Soviética, que apesar de grande resistência, obteve muitas perdas humanas. A América Latina deixa de ser vista como uma área a ser investida, ao perder importância relativa e ao deixar de ter prioridades de investimentos. As mudanças pós 1945 são grandes, como a hegemonia norte-americana, a expansão do socialismo e o mundo bipolar.

A Guerra Fria se constitui em uma medida imperialista e de mando dos Estados Unidos. A principal medida norte americana, o Plano Marshall, foi elaborada para a reconstrução da Europa, enquanto a América Latina passa a ser dominada política e militarmente em nome da contenção do avanço socialista.

Além do Plano Marshall, os norte-americanos lançaram a Doutrina Truman, que garantiam a intervenção armada para defender os estados aliados contra os avanços soviéticos. Como afirma Regalado:

A Doutrina Truman é a encarnação da política da guerra fria na América Latina. Com o pretexto de combater a “ameaça comunista” durante sua presidência (1945-1952). Truman lança uma ofensiva destinada à destruição de todas as forças políticas latino-americanas tidas como obstáculo à ampliação e ao aprofundamento de seu domínio continental (REGALADO, 2007, p. 201).

Sem dúvida, a América Latina teve sua importância política e estratégica diminuída frente à política externa americana, que volta seu interesse, em especial, para a Europa e o Japão. Os países latino-americanos se transformaram em locais de experiências para combater governos e insurreições marxistas ou sindicalistas. Através de intervenção armada ou pelo financiamento de grupos pró-capitalismo, os Estados Unidos dominaram a conjuntura política e militar nos países latinos.

A Argentina no período pós-guerra inicia o governo peronista (1946-1952) com a participação da classe operária, da igreja e do exército, ou seja, apoiado em camadas sociais. O Estado passou a controlar a economia e aumentou as nacionalizações de empresas. Mas, a partir de 1950, Perón inaugura um período neoliberal na Argentina, e de acordo com Donghi: “a mudança de rumo se completava com uma progressiva aproximação com os Estados Unidos, a qual foi imediatamente censurada pela oposição” (DON-GHI, 1975, p. 279).

A Argentina, como praticamente toda a América Latina, estava com a economia dependente das exportações que não possuíam valor agregado e que estavam subordinadas à estrutura do capitalismo internacional mediante uma forte pressão ideológica que pairava sobre todos os países durante a Guerra Fria.

O Chile tem os produtos mais importantes de sua pauta de exportação nas mãos de estrangeiros, principalmente metais utilizados como maté-

ria-prima para a indústria, como o cobre. Gabriel González Videla, presidente do Chile entre 1946 e 1952, chega ao poder inicialmente com apoio dos comunistas e do Partido Liberal.

Mas após 1947, quando muitos países, inclusive o Brasil, declaram guerra aos comunistas, Videla afasta do governo seus aliados de esquerda que passaram a ser perseguidos. Ele é considerado um marco da guinada política no Chile rumo ao alinhamento ideológico com os Estados Unidos e um exemplo de que as tentativas de equilíbrio social na América Latina estavam em crise.

No México, os norte-americanos não são nada discretos a pressionar a economia e a mostrar seu interesse pelo petróleo. O presidente Miguel Alemán Valdés, que assumiu o governo no período de 1946-1952, mostra a mudança de um México revolucionário de 1910, voltado para os interesses de distribuição de terra e de renda, para um novo momento histórico. Nesta mudança, ocorre a predominância da burguesia industrial e um ativo movimento governamental favorável à direita.

No Uruguai, após o governo ditatorial de Gabriel Terra na década de 30, começa uma política alicerçada no equilíbrio entre o Partido Branco e o Partido Colorado, seguindo uma linha de ação baseada no governo de Batlle (1903-1907/1911-1915)⁷. Mas nos anos 40, é mantida uma política de alinhamento com os Estados Unidos e esquecido o legado social do governo Batlle, que ainda estava presente na legenda do Partido Branco.

A Venezuela viveu uma áurea fase de petróleo entre os anos 30 e 40, que provocou grande desenvolvimento na capital, Caracas. Politicamente, o país viveu sob ditadura com eleições indiretas e tentativas de golpe de Estado. E embora, o petróleo tenha modernizado e gerado desenvolvimento ao país neste período, segundo Donghi: “A dependência política dos Estados Unidos, bem como a influência econômica dos interesses petrolíferos, fixam limites intransponíveis a uma democratização destinada a assumir formas, mais políticas do que sociais” (1975, p. 299).

No Brasil, o Estado Novo (1937-1945) figurou como um momento de forte repressão e autoritarismo. Após o término da Segunda Guerra, Getúlio Vargas não pode permanecer com o regime fechado e teve de redemocratizar o país, visto que participou na guerra ao lado do eixo de cunho liberal. O novo governo do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) indubitavelmente se alinha aos Estados Unidos e acompanha o voto dos norte-americanos nas reuniões da ONU.

Outrossim, o Brasil rompe relações diplomáticas com a União Soviética e não reconhece a China como membro da ONU. Segundo Cervo:

⁷ Os battlistas são o grupo mais importante e em maior número, possui programa avançado que coincide com as ideias do Partido Radical Socialista francês. Fizeram reformas de caráter liberal e social no Uruguai. Os colorados são mais amenos que os battlistas.

“Um dos marcos de alinhamento do Brasil e da América Latina ao bloco de poder liderado pelos Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria, foi a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)” (CERVO, 2002, p. 271).

Na maioria dos países da América Latina está presentes o populismo, como o caso do peronismo na Argentina e do varguismo no Brasil, o nacionalismo e o anti-imperialismo. O TIAR procurava integrar e manter a paz e o equilíbrio na região, logicamente que sob a égide do liberalismo norte-americano. O TIAR, de acordo com Penha:

Fundamentava-se nos esquemas da “Interamerican Defense Board”, posta em prática pelo governo dos EUA a partir da Segunda Guerra, com a missão de fazer recomendações com vistas a aperfeiçoar a coordenação das políticas nacionais de defesa. O TIAR, seguindo este modelo, tinha um caráter predominantemente bilateral estabelecido a partir de acordos de cooperação militar dos EUA com cada país sul-americano. (PENHA, 2014)

Desta forma, percebe-se que mesmo sem o poder de barganha que possuía no período entre-guerras e durante a Segunda guerra Mundial, a América Latina faz parte dos planos emancipacionistas americanos logo após a grande guerra. O Plano Marshall focou o auxílio econômico na Europa, pouco destinando à América Latina, que teve seus sonhos de auxílio técnico ou financeiro frustrados.

O Brasil, mesmo iludido com a esperança de um assento permanente no Conselho de Segurança, em 1958 faz a Operação Pan-Americana que, de acordo com Santos, buscou uma identificação com seus vizinhos latinos:

Ainda que houvesse uma evidente preocupação (presente explicitamente nos principais pronunciamentos) de realçar o caráter do Brasil como país ocidental e, portanto, alinhado ao bloco liderado pelos Estados Unidos, o tema da reivindicação de assistência para o desenvolvimento e para a industrialização do país e da América Latina foi projetado ao primeiro plano do discurso diplomático (SANTOS, 2005, p. 13).

As mudanças políticas, econômicas, sociais e ideológicas ocorridas no início da Guerra Fria marcam um processo de mudanças que se estenderam pelo longo percurso do século XX e culminaram com a deflagração de golpes militares em muitos países latino-americanos como Brasil, Chile, entre outros.

A América Latina, no século XIX, foi alvo fácil do imperialismo inglês, que controlava bancos, sistema de transporte e as exportações. No século XX, após a Primeira Guerra Mundial, a região passou para o controle norte-americano, visto que a Inglaterra, assim como a Europa, perdem seu

poder decisório e ficou com sua economia desestabilizada.

No Período entre guerras, devido ao desejo de reafirmação da França e da Alemanha, os países latinos são disputados para compra de material de guerra defasado, envio de comissões científicas, venda de livros e ideias, bem como para o comércio no setor aéreo que começa a decolar.

Na Guerra Fria, a América Latina perde importância geopolítica e sofre intervenção direta da ideologia liberal norte-americana entre os atores estatais e não estatais, intervenção esta, justificada pelo discurso de defesa contra a expansão socialista.

Conclusão

A Primeira Guerra Mundial abalou as estruturas do sistema internacional e principalmente da Europa, que foi frontalmente atingida pelas consequências da guerra. A partir de então, se instalou um desejo de paz e se revive todo o idealismo de uma sociedade livre de conflitos.

Para tal, por iniciativa norte-americana, foi criada a Liga das Nações, para ser uma entidade supranacional capaz de deliberar em nome dos países e de manter um equilíbrio de poder e paz. Mas a Segunda Guerra Mundial não deixou dúvidas que a Liga das Nações fracassou em seus objetivos pacifistas.

Enquanto o mundo clamava pela paz, a Alemanha rearticulava seu exército com força mecanizada e a França perdeu tempo na Linha Maginot. Ambos disputavam o mercado consumidor da América Latina e tentavam mostrar sua supremacia militar. Mas a Segunda Guerra logo colocou a França para fora do combate e apresentou ao mundo uma Alemanha equipada e fascista.

O fim do confronto que dividiu em eixos fascistas e liberais chegou ao fim com a preponderância dos Estados Unidos e da União Soviética, que acabaram por dividir o sistema internacional entre socialistas e liberais. Neste contexto, a América Latina, embora sem importância estratégica para os Estados Unidos, figurou com um centro de expansão doutrinária e foi fortemente supervisionada pelos americanos, mediante sua importância geopolítica.

Os países latinos aos poucos abandonaram suas políticas sociais e se alinharam aos Estados Unidos em busca de incentivos políticos e econômicos, que de fato não ocorreram, pois a preocupação do Plano Marshall era com a Europa. Assim, o alinhamento direto com os ideais liberais colocou a América Latina em situação de vulnerabilidade, que culminou com os golpes ditatoriais da década de 60. O fantasma do inimigo socialista rondou os discursos e as posições político-militares do período e dividiu os povos latinos entre favoráveis e contrários aos Estados Unidos.

A Guerra Fria, a bipolaridade, a corrida armamentista e as disputas ideológicas alteraram a ordem político-social da América Latina, que figurou como coadjuvante nas jogadas estratégicas dos países vencedores da Segunda Guerra Mundial.

Referências

ARTEAGA, Juan José. **Breve Historia contemporánea del Uruguay**. Buenos Ayres: Fondo de Cultura econômica, 2008.

BELLINTANI, Adriana Iop. BELLINTANI, Mauro. **A Guerra: do século XIX aos nossos dias**. Boa Vista: UFRR, 2014.

_____. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)**. Brasília: UnB, 2009. Tese doutoral.

BURNS, E. **História da civilização ocidental: do homem das cavernas até a bomba atômica: o drama da raça humana**. Porto Alegre: Globo, 1975, vol. II.

CERVO, Luiz Amado. BUENO, Clodoaldo. **História da política externa do Brasil**. Brasília: UnB, 2002.

DONGHI, Halperin. **História da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

GAMBINI, Roberto. **O Duplo Jogo de Getúlio Vargas: influência Americana e Alemã no Estado Novo**. São Paulo: Símbolo, 1977.

LESSA, Antonio Carlos. OLIVEIRA, Henrique Altemani. **Política Internacional Contemporânea: mundo em transformação**. São Paulo: Saraiva, 2006.

LOHBAUER, C. **História das Relações Internacionais II: o século XX: do declínio europeu à era global**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2005 (coleção Relações Internacionais).

PAGLIARI, Graciela de Conti. Segurança hemisférica: uma discussão sobre a validade e atualidade de seus mecanismos institucionais. **Revista Brasileira de Política Internacional**. N.49, 2006. pp. 26-42.

PENHA, Eli Alves. **Os Sistemas de segurança regional no Atlântico Sul: da guerra Fria ao período atual**. In: <http://reservaer.com.br/estrategicos/sistemas-seg-regional.html>. Pesquisado em 11 de junho de 2014.

REGALADO, Roberto. A América Latina na história do capitalismo. In: **Curso de Formação em Política Internacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe. A América do Sul no discurso diplomático brasileiro. **Revista Brasileira de Política Internacional**. N. 48, 2005.

VIZENTINI, P. G. F. **Da Guerra Fria à crise (1945-1989)**: as relações internacionais do século 20. 4^a ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

ZIMMERMANN, Eduardo. Transformaciones del estado. In: MORA. Enrique Ayala. CARBÓ, Eduardo Posada. **História General de América Latina VII**: los proyectos nacional latinoamericanos: SUS instrumentos y articulación (1870-1930). Paris: Unesco, 2008.

Artigo recebido em 11-06-2014, revisado em 30-08-2014 e aceito para publicação em 10-09-2014.